

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico	3
Título: Cúpula das Américas, e o Tratado de Itaipu	3
Título: Governo deve manter previsão para atividade este ano	5
Título: Em meio à alta de preços de combustíveis, veja como o governo usa os dividendos que recebe da Petrobras.....	7
Título: O nó dos preços de derivados.....	10
Título: Rêgo, do TCU, vê falhas em balanços da Eletrobras	13
Título: Estatal mantém prazo da capitalização	14
Título: Servidores registram na SEC queixa por falta de informações	16
Título: Horizonte inicia projeto de níquel	18
Título: Destaques	19
Título: Privatização não garante preços baixos na Petrobras	20
Título: Horizonte prevê dobrar projeto de níquel.....	22
Título: Credores entregam plano B para Samarco	24
VEÍCULO: Estado de S. Paulo	26
Título: Produtores de biodiesel temem que Sachsida tente antecipar importação	26
Título: Para especialistas, mudança no frete pode reduzir custos	27
Título: Defasagem da gasolina deve elevar tensão entre o governo e a Petrobras	28
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	29
Título: Senado recebe proposta para reduzir tarifa de energia elétrica em 13,5%.....	29
Título: O tabelamento eleitoral da gasolina.....	30
Título: Mais jabutis na privatização da Eletrobras	32
VEÍCULO: O Globo	33
Título: Alerj recorre ao STF contra construção de usinas	33
Título: Diretores são alvo de ‘espiões’ de Bolsonaro na Petrobras	35
Título: Estatal é denunciada por não divulgar risco de aporte bilionário	38
Título: Conselho da estatal vai debater política de preços	40

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 18/05/2022****Seção: Brasil****Autor: Daniel Rittner****Título: Cúpula das Américas, e o Tratado de Itaipu**

Dentro de algumas semanas, entre 6 e 10 de junho, será realizada em Los Angeles (EUA) a 9ª edição da Cúpula das Américas. O sentimento é de desânimo, de falta de um projeto comum no continente, de que a região não é prioridade para a Casa Branca. Nem se sabe direito quais chefes de Estado estarão presentes. Jair Bolsonaro queria um encontro bilateral com Joe Biden para mostrar em suas redes sociais, durante a campanha eleitoral, que também sabe fazer amigos e influenciar pessoas. Não teve resposta e não sabe se vai. Os Estados Unidos se recusaram a incluir líderes de regimes onde não existe mais democracia - Cuba, Venezuela, Nicarágua - na lista de convidados. López Obrador (México) achou uma descortesia e ameaça boicotar.

Nada remete ao ambiente de harmonia e esperança de 1994, em Miami, na primeira cúpula de presidentes. Naquele tempo havia estabilização das moedas, amadurecimento institucional, ampliação de direitos civis, fim das ditaduras. Na foto oficial do evento, ninguém de uniforme militar. Itamar Franco, de saída do Palácio do Planalto, foi com Fernando Henrique, prestes a entrar. Nos Estados Unidos, Bill Clinton acabara de obter duas vitórias no Congresso: a criação do Nafta e a Rodada Uruguai.

A letargia de agora contrasta com a esperança de 1994

“Voltando para Washington, eu tive a percepção de que o continente estava embarcando numa viagem nova, sustentável e empolgante em direção à prosperidade, ao declínio da desigualdade e da corrupção, de sua completa inserção em uma economia em rápido processo de globalização”, escreveu Eric Farnsworth, um ex-funcionário do Departamento de Estado e do USTR, que esteve na linha de frente da organização daquela cúpula, em artigo para a última edição da “Americas Quarterly”.

O grande plano apresentado em Miami - uma ampla zona de livre-comércio da Patagônia ao Alasca (a Alca) - fracassou. O trio Lula-Néstor Kirchner-Hugo Chávez matou de vez a iniciativa na Cúpula das Américas de 2005, em Mar del Plata, na Argentina. Temia-se desindustrialização e enfraquecimento econômico. Não

precisou de Alca nenhuma para isso. A invasão de produtos chineses fez parte do trabalho, a outra parte foi obra de gestões desastrosas, espécie de lição de casa às avessas. Pelo menos ofereceram uma fantasia de integração latino-americana como alternativa. Agora, sobrou apenas o vazio. Nem mesmo um simbolismo qualquer, como o histórico aperto de mãos entre Barack Obama e Raúl Castro na Cidade do Panamá-2015, pode ser esperado em Los Angeles. Na prática, será uma “não cúpula” - sem novos projetos ou propostas.

Com problemas bem mais urgentes em outros lugares do planeta, os EUA - não importa se com republicanos ou democratas no poder - deixam a região cozinhando em banho-maria. Enquanto isso, a China avança. Financia nova usina nuclear e ferrovias na Argentina, constrói usinas hidrelétricas no Equador, doa estádios de futebol na Costa Rica e em El Salvador, estabelece relações diplomáticas com Panamá e República Dominicana.

O professor Stephen Kaplan, de George Washington, já ensinou o que os Estados Unidos precisam fazer no continente: “Quanto mais levarem essa disputa [com a China] para o cunho geopolítico, que é como a comunidade de segurança americana gosta de enxergar, mais terão chances de perdê-la sob a ótica da competição econômica. A América Latina precisa de investimento e de financiamento. É onde os EUA devem apostar”.

Nova interpretação

O Tratado de Itaipu completará 50 anos em abril de 2023 - daqui a apenas 11 meses. Até lá, estará quitada a dívida para construir a usina binacional e será revisado o Anexo C, parte do documento que estabelece as condições de comercialização dos megawatts gerados. Ainda não começaram as negociações entre o Brasil e o Paraguai, mas há uma novidade.

A hidrelétrica tem garantia física (energia assegurada) de pouco mais de 7 mil MW. Cada país tem direito a metade disso. Os paraguaios consomem só 20% do que lhes cabe e vendem o restante, obrigatoriamente, às distribuidoras (essencialmente consumidores residenciais) no mercado brasileiro. É uma das principais fontes de receitas para o país vizinho e um tema sensível na opinião pública local. Para o Brasil, significa energia abundante e barata.

Até pouco tempo atrás, havia um entendimento dominante no setor elétrico (e mesmo no governo): tendo pagado toda sua dívida, a partir de 2023, o Paraguai ficaria livre para sair em busca de novos clientes e vender seus megawatts como bem entendesse. Talvez para a Argentina, talvez para grandes consumidores

industriais no Brasil, quem sabe construindo grandes linhas de transmissão para escoar essa energia até o Chile. Enfim, tudo em aberto.

Depois de concluir uma detalhada análise jurídica, o Itamaraty fechou questão: esse não é o entendimento correto. Na leitura do Ministério das Relações Exteriores, o tratado continua garantindo ao Brasil o direito de ficar com a energia não consumida pelo Paraguai. Mudaria apenas, conforme um acordo entre as partes, a forma de remuneração pela compra e venda. Mas não haveria risco - eis o ponto mais importante - de perda súbita de 2 mil a 3 mil MW médios no abastecimento.

A revisão do Anexo C deverá implicar mudança de preço. No entanto, as negociações ainda não começaram. O Itamaraty preferiu deixar essas tratativas para o ano que vem. A decisão tem a ver com as eleições - não no Brasil, mas do outro lado da fronteira. O Paraguai vai às urnas em abril de 2023, curiosamente em meio ao cinquentenário de Itaipu, e o presidente Mario Abdo não pode pleitear a reeleição. A fotografia de momento indica o Partido Colorado mantendo-se no poder, mas não se sabe com quem. Diplomatas experientes avaliam que fechar acordo com um governo em fim de mandato seria cilada. Quem assumir lá na frente, acreditam, certamente desejará emplacar seus termos.

Como resume um funcionário brasileiro diretamente envolvido nos preparativos da discussão: “A opinião pública paraguaia cobra demais os políticos sobre Itaipu. Imagine o Brasil aceitando um mega-acordo com o Paraguai: paga mais pelo valor da energia, oferece uma saída ao mar, assume o compromisso de entregar todas as partidas de eliminatórias da Copa do Mundo daqui em diante. Mesmo assim, em Assunção, vão dizer que foi um péssimo acordo e pressionar o novo governo pela reabertura das tratativas”. Então, completa esse diplomata, melhor aguardar o futuro presidente no país vizinho. Será um ponto bem delicado para resolver em 2023.

Daniel Rittner é repórter especial em Brasília e escreve às quartas-feiras
E-mail: daniel.rittner@valor.com.br

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/05/2022

Seção: Brasil

Autor: Lu Aiko Otta — De Brasília

Título: Governo deve manter previsão para atividade este ano

O governo deve manter sua projeção de 1,5% para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2022. Ao mesmo tempo, deve elevar suas estimativas para a inflação deste ano, na nova grade de parâmetros macroeconômicos que será apresentada nesta semana pelo Ministério da Economia, com a divulgação do Boletim MacroFiscal.

A alta de 1,5% do PIB não deve ser alterada, pois já incorpora os efeitos da guerra entre Rússia e Ucrânia. Até março, quando essa estimativa foi divulgada, o governo projetava crescimento de 2,1% para este ano. Apesar do corte, segue como um dado mais otimista do que o esperado pelo mercado: expansão de 0,7%, segundo a versão mais recente do relatório Focus, de 29 de abril.

Há dois meses, o Ministério da Economia apostava suas fichas na recuperação do mercado de trabalho e nos investimentos como alavancas do crescimento neste ano.

Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados no fim de abril apontaram para a criação de 136 mil vagas formais em março, totalizando 615 mil vagas formais criadas este ano. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apurou que a taxa de desemprego ficou em 11,1% no trimestre encerrado em março passado, estável em relação a um ano antes.

Nos investimentos, o Ministério da Economia confia, sobretudo, nos compromissos assumidos por empresas em contratos de concessão de infraestrutura. A Secretaria de Política Econômica (SPE) estima R\$ 78 bilhões este ano, de um total superior a R\$ 800 bilhões nos próximos dez anos.

Pesquisa da FGV (*leia texto acima*) que aponta crescimento da economia de 1,5% no primeiro trimestre do ano, na comparação com o período anterior, foi comemorada pelo **ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida**. “Crescimento econômico, tal como sempre disse, segue surpreendendo positivamente os analistas”, escreveu ele em suas redes sociais.

Mas, se a previsão do PIB deve ser mantida, as projeções de inflação deverão ser revistas para cima. A edição mais recente do Boletim MacroFiscal, de março, já havia aumentado de 4,7% para 6,5% a estimativa para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2022. No entanto, o mercado já projeta 7,89%, segundo o Focus.

Os dados servirão de base para a elaboração de novas projeções para as receitas e despesas em 2022, a serem apresentadas na sexta-feira. Os números indicarão se a trajetória das contas públicas está ou não de acordo com as regras a serem observadas: resultado primário e teto de gastos. Do contrário, ajustes precisarão ser feitos. Fonte da área econômica disse que provavelmente será necessário um novo bloqueio de despesas. Em março, já foi bloqueado R\$ 1,7 bilhão, para garantir o cumprimento do teto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/05/2022

Seção: Brasil

Autor: Rafael Vazquez — De São Paulo

Título: Em meio à alta de preços de combustíveis, veja como o governo usa os dividendos que recebe da Petrobras

A escalada dos preços internacionais do petróleo e a consequente alta dos preços dos combustíveis nos postos colocou a Petrobras novamente no centro de um debate: deve agir para evitar uma alta dos preços cobrados na bomba ou deve priorizar sua saúde financeira? Este debate não é novo, mas agora ganha outro elemento. O questionamento sobre para aonde vai o lucro da empresa, turbinado pela alta da cotação do barril.

No ano passado, a Petrobras registrou lucro recorde de R\$ 106,7 bilhões. No primeiro trimestre de 2022, o lucro foi de R\$ 44,5 bilhões. Embora o novo presidente da companhia, José Mauro Coelho, tenha declarado que “não há relação significativa entre os resultados e os reajustes dos preços dos combustíveis”, a percepção política parece ser outra.

O presidente Jair Bolsonaro (PL) vem nos últimos anos travando uma guerra de palavras com a empresa por causa dos preços. Recentemente, ele classificou a margem de lucro da empresa como um “estupro” e disse que “vai entrar” na estatal por considerar os ganhos excessivos.

Contudo, Bolsonaro evita mencionar que a União recebe em forma de dividendos uma fatia polpuda do lucro da petroleira. E evita ainda mais mencionar o que a União faz como esse dinheiro.

Todo o valor dos dividendos que a empresa paga à União é usado na amortização da dívida pública

A União é o maior detentor de ações da Petrobras com direito a voto, as ações ordinárias (ON) - 50,38% desses papéis, o que a torna a principal controladora. Considerando todas as ações, inclusive as ações preferenciais (PN), que não dão direito a voto, a participação é de 28%. Isso significa que, quando a Petrobras reparte os seus lucros com os acionistas, o governo é um dos que mais recebem dividendos.

De acordo com a Secretaria do Tesouro, vinculada ao Ministério da Economia, todo o valor dos dividendos que a Petrobras paga à União é direcionado para a amortização da dívida pública.

Isso significa que os R\$ 25 bilhões que o governo receberá em dividendos da companhia entre maio e julho serão integralmente usados para pagar a dívida e financiar o próprio governo - este valor exclui os dividendos pagos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), que também é acionista da empresa.

“Nos termos do art. 1º, inciso I da Lei nº 9.530/1997, serão destinados à amortização da dívida pública federal a receita do Tesouro Nacional decorrente do pagamento de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta, inclusive os relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores”, esclareceu ao **Valor** a Secretaria do Tesouro.

“Como mais de 90% do gasto público federal não financeiro é obrigatório, quase toda a fonte de receita do governo é usada para o seu financiamento. Esse é um dos problemas do baixo grau de liberdade do orçamento público no Brasil”, diz o sócio e economista-chefe da Ryo Asset, Gabriel Leal de Barros. “A rigidez é enorme e amarra a mão do governo federal.”

A regra alimenta outra pergunta: os recursos da Petrobras poderiam ser usados de forma a gerar benefícios diretos à população.

Leal de Barros defende a necessidade de a Petrobras reajustar o preço interno dos combustíveis de acordo com os preços internacionais e o destino dado aos dividendos devido à necessidade das contas públicas do país. “Não é possível o contorcionismo de dizer que o lucro da Petrobras fere a sociedade, muito pelo contrário. A boa gestão, amparada pela paridade de preços internacionais, é o que garante o abastecimento de derivados de petróleo no país, atrai capital

privado nacional e internacional e mantém a capacidade de investimento e governança da companhia”, avaliou.

Para o economista, o passado recente é a prova de que segurar preços é uma prática de má gestão que causou dano colateral na percepção de risco do país, ampliou a dívida da empresa e afastou o capital privado, ocasionando na perda da capacidade de investimento e sustentabilidade financeira da maior empresa do país. “Não funcionou no passado e não funcionará no futuro. Insistir por esse caminho seria um grande erro, repetido, de política econômica”.

Do outro lado, o professor de direito econômico e economia política da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo Gilberto Bercovici critica a política de preços da Petrobras e acredita que o governo prejudica o interesse público ao não usar de outra forma o que recebe em dividendos.

“O interesse público é que a Petrobras tenha a capacidade de ampliar a sua infraestrutura, a sua atuação, garantir preço justo de combustível, abastecer o país”, disse Bercovici, definindo que a estatal virou uma espécie de banco. “Virou um banco, uma financeira. Essa política de preços gerou isso. Ela ganha um lucro extraordinário e distribui para os acionistas ao invés de usar a maior parte para reinvestir, gerar empregos.” Na visão dele, a Petrobras está sendo desmontada da ideia original de ser empresa integrada de energia.

“Ela ia do poço ao posto. Atuava em todas as fases da indústria de petróleo. Quando uma empresa é integrada, você consegue manter preços razoáveis compensando. Às vezes está mais caro o refino, mas está mais barato na distribuição. Está mais caro na importação, mas está mais barato na exploração. Vai compensando essas variações na própria estrutura da empresa e consegue manter uma estabilidade maior de preço. Desde 1953, a Petrobras fez isso”, diz. Na sua avaliação, a estratégia assumida a partir de 2016 - quando foi instituída a política de Preço de Paridade de Importação (PPI) - causou crises frequentes como greves de caminhoneiros e maior impacto dos combustíveis na inflação.

Mas para Bercovici, não se trata de discutir como a União emprega os dividendos que recebe da Petrobras. O problema, argumenta ele, é que esse dinheiro está indo em excesso para pagamento de dividendos.

A Petrobras defende que o cenário é o oposto e que a sua política atual de gestão possibilitou uma expansão dos investimentos.

“A companhia reduziu seu endividamento para redirecionar recursos de juros para investimentos. Isso permitiu aumentar em 24% o investimento previsto em relação ao plano anterior: serão US\$ 68 bilhões nos próximos cinco anos”, informou a companhia em nota enviada ao **Valor**. “Não há qualquer contradição entre a execução de robustos investimentos e o pagamento de dividendos”, adicionou.

A estatal destaca que o pagamento de dividendos é obrigatório em caso de lucro para qualquer empresa de capital aberto, conforme prevê a lei 6.404/76, das Sociedades Anônimas. “Trata-se de um recurso que pertence aos acionistas e, no caso da Petrobras, a maior parte sempre retorna à sociedade brasileira, incluindo os mais de 700 mil acionistas brasileiros.”

Há dez anos, a empresa pagou R\$ 3 bilhões em dividendos para o grupo de controle, composto por União, BNDES, BNDESPar, Fundo de Participação Social e Caixa Econômica Federal. Em 2013, o montante caiu para R\$ 2,5 bilhões e subiu para R\$ 4 bilhões em 2014. Nos três anos seguintes, não houve pagamento de dividendos. Em 2018, eles voltaram a ser pagos, mas numa cifra menor: R\$ 1,2 bilhão. Em 2019 e 2020, o montante pago ao grupo controlador, não chegou aos R\$ 3 bilhões. E, finalmente, em 2021 - ano do lucro recorde da empresa -, o total em dividendos pagos à União e aos demais entes controladores deu um salto substancial, atingindo a marca de R\$ 27,1 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/05/2022

Seção: Opinião

Autor: Armando Castelar Pinheiro

Título: O nó dos preços de derivados

Semana passada participei do seminário Direito e Economia no Pós-Pandemia, uma parceria da FGV Direito Rio com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Ótimas e instigantes apresentações sobre o desafio colocado para o Judiciário, e os operadores do direito em geral, de administrar os ajustes que contratos e práticas econômicas vão precisar após esses dois difíceis anos de pandemia.

Um interessante consenso que emergiu das discussões foi a transformação tecnológica provocada pela pandemia, com “o Brasil fazendo em cinco meses o que de outra forma teria levado cinco anos”. Lendo o noticiário estes dias, fiquei

me perguntando se algo assim - uma aceleração no processo de transformação - também pode estar em curso no setor de petróleo.

O que irá realmente estimular fontes de energia alternativas é o aumento de preços dos combustíveis fósseis

O preço do petróleo disparou no último ano: de US\$ 70 para US\$ 110 por barril, um salto de 57%. O resultado, claro, foi uma alta igualmente forte no preço dos derivados. Nos EUA, o preço da gasolina ao consumidor subiu 44% nos 12 meses até abril; o do diesel, 64%. No mesmo período, o rendimento médio recebido pelos trabalhadores no setor privado aumentou “apenas” 5,5%.

A disparada no preço desses derivados vem colocando forte pressão sobre o Partido Democrata, que teme perder o tênue controle que hoje detém no Senado e na Câmara dos Deputados, quando das eleições parlamentares a ocorrerem no início de novembro. Esse foi, talvez, um motivo para o governo liberar um milhão de barris de petróleo por dia de sua reserva estratégica, programa que se encerrará justo no início de novembro .

No Brasil, o índice de commodities de energia do Banco Central subiu 89%, em reais, nos 12 meses até março de 2022. Os preços ao consumidor dos derivados também dispararam: em abril, os preços da gasolina e do óleo diesel estavam 31% e 54% mais altos do que um ano antes, respectivamente. Enquanto isso, o rendimento médio do trabalho subiu 1,2% nos 12 meses até março. E essas altas foram insuficientes para equiparar os preços domésticos aos internacionais; segue havendo uma defasagem de preços.

A gasolina, com um peso de 6,7% na cesta de consumo dos trabalhadores (IPCA), tem penalizado diretamente a capacidade de consumo das famílias. A influência do diesel também é grande, mas indireta: ela se dá principalmente via o custo de transporte das mercadorias, cujo aumento, claro, acaba repassado ao consumidor.

Também por aqui, essa forte alta nos preços dos combustíveis tem repercutido sobre a competitividade eleitoral dos ocupantes do poder, tornando-se um assunto até mais político do que econômico. A julgar pelo noticiário, foi a causa de mais de uma troca de comando na Petrobras e agora também no Ministério das Minas e Energia.

É pouco provável que o preço do petróleo caia até o fim do ano. A guerra na Ucrânia e, até mais, as sanções impostas à Rússia não devem acabar tão cedo.

Nos próximos meses a demanda chinesa por energia deve aumentar, com o fim, se espera, das restrições à atividade impostas para combater a pandemia. E a oferta vinda da venda da reserva estratégica americana deve secar.

Isso significa que os preços dos combustíveis seguirão sendo um tema importante no debate eleitoral, alimentando propostas, à esquerda e à direita, de controle de preços. Não obstante, intervir nos preços dos derivados não me parece a melhor solução, por três razões principais.

Primeiro, a médio prazo, como normalmente ocorre, o petróleo deve ficar mais barato. De um lado, pois os bancos centrais nas economias ricas começaram a reagir à inflação alta, subindo os juros, e com isso a economia mundial deve desacelerar mais à frente. De outro, pois a situação financeira das empresas de petróleo melhorou muito e, com o preço alto, isso deve estimular novos investimentos e a alta da oferta.

Segundo, a equiparação do preço doméstico dos combustíveis ao internacional é um pilar fundamental do novo modelo que se está implementando no mercado de combustíveis domésticos, com a desverticalização da Petrobras e a entrada de novas empresas, gerando um ambiente de mais competição e menos interferência política. A importação de combustíveis, parte essencial desse modelo, só se sustenta com equiparação de preços. Colocar essa reforma em risco seria um retrocesso.

Por fim, há que se considerar o objetivo mais de longo prazo de promover a descarbonização da economia, com menor uso de combustíveis fósseis. Essa política penaliza investimentos na produção desses combustíveis, o que limita a expansão da oferta, e, claro, significa que o preço tende a subir ao longo do tempo. Ainda que haja iniciativas que buscam estimular o uso de fontes alternativas de energia, o que irá realmente fazer essa transformação ocorrer é o preço dos combustíveis fósseis aumentar. É preciso aceitar esse fato, se a intenção é mesmo descarbonizar.

O ruído político-eleitoral é compreensível, mas precisa ser contrabalançado por um debate mais de médio e longo prazo sobre o que se quer para o setor de petróleo e o meio ambiente.

Armando Castelar Pinheiro é professor da FGV Direito Rio e do Instituto de Economia da UFRJ e pesquisador-associado do FGV Ibre e escreve quinzenalmente neste espaço.

Twitter: @Acastelar.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 18/05/2022****Seção: Especial****Autor: Murillo Camarotto — De Brasília****Título: Rêgo, do TCU, vê falhas em balanços da Eletrobras**

Autor do pedido de vista que paralisou o julgamento da privatização da Eletrobras, o ministro Vital do Rêgo, do Tribunal de Contas da União (TCU), vai propor hoje aos colegas que a análise do caso seja paralisada até que supostas irregularidades nas demonstrações contábeis da companhia sejam corrigidas.

Uma das principais pendências tem relação com uma dívida de R\$ 2,7 bilhões que a Eletronuclear tem com a Eletrobras. O passivo, originado pela retenção de dividendos, não estaria contabilizado corretamente nos balanços da Eletrobras. Procurada, a empresa informou, via assessoria, que não iria comentar.

Outro problema identificado pelo ministro está ligado a contingenciamentos feitos pela Eletrobras para eventuais decisões desfavoráveis na Justiça. De acordo com Vital - que pediu uma auditoria nos contingenciamentos - a forma pela qual a operação foi desenhada pode representar prejuízos à União.

Somente no terceiro trimestre do ano passado, a companhia elevou em R\$ 9 bilhões o valor das provisões, que chegaram a R\$ 26 bilhões. Se a Eletrobras vencer as ações na Justiça, os recursos voltam para o balanço como lucro e depois são repassados parcialmente como dividendos.

Nesse caso, sustenta o ministro, a União poderia sair perdendo já que sua fatia na Eletrobras - e, conseqüentemente, nos dividendos - ficará menor após a privatização. A expectativa do governo é de que a participação da União passe de 72% para 45%.

Em caso de derrota da Eletrobras nos tribunais, também haveria perda para o Estado. Isso porque a empresa entrou na Justiça para pedir que a União fosse considerada "solidária" no passivo, que surgiu de empréstimos compulsórios feitos ao longo dos anos por meio das contas de luz.

Se o Superior Tribunal de Justiça (STJ) entender que a União é solidária, metade dos R\$ 26 bilhões das provisões seriam transferidos como passivo ao Tesouro.

Apesar dos apontamentos de Vital, a tendência é de que a maioria do plenário aprove o parecer do relator, Aroldo Cedraz, e libere a privatização. Nesse cenário, o governo espera realizar em julho a operação de aumento de capital que vai transferir o controle da estatal ao setor privado.

Analisado em duas etapas, o processo de privatização foi aprovado em ambas pela área técnica do TCU e conta com o apoio da maioria dos ministros. Esta semana, o novo **ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida**, fez um périplo no tribunal para garantir apoio ao projeto.

Em caso de aprovação, ainda está prevista uma assembleia geral dos acionistas da empresa e, em seguida, a publicação do formulário 20-F, que contém informações sobre a operação para a SEC e investidores estrangeiros.

O cronograma prevê ainda a publicação do prospecto da oferta de ações, a coleta de intenções de investimento (*bookbuilding*) e, por fim, a liquidação da operação.

Mesmo com os alertas feitos por Vital, no entanto, fontes do governo ouvidas pelo **Valor** acreditam que o processo de privatização avançará hoje no TCU. O tema foi tratado ontem em reunião realizada no Ministério da Economia, da qual participaram o próprio ministro, Paulo Guedes, Sachsida (ministro do MME), o ministro-chefe da Advocacia-Geral da União (AGU), Bruno Bianco, o presidente da Eletrobras, Rodrigo Limp, e técnicos dos ministérios e da empresa. “Acreditamos que passa sim no TCU, com o voto contrário do Vital”, diz uma fonte do governo.

Outra fonte da Economia explica que “as dúvidas que os técnicos do TCU tinham já foram todas respondidas”, mas admite que o julgamento tem também um “lado político”. **(Com Lu Aiko Otta e Estevão Taiar)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/05/2022

Seção: Especial

Autor: Fábio Couto e Rafael Rosas — Do Rio

Título: Estatal mantém prazo da capitalização

A Eletrobras trabalha com a possibilidade de que a capitalização seja realizada ainda em junho, caso não ocorra nenhuma mudança no cronograma da operação, avalia Rodrigo Limp, presidente da estatal. A data tem relação com o

planejamento divulgado em janeiro, antes do adiamento de 20 dias causado pelo pedido de vistas no Tribunal de Contas da União (TCU).

Em teleconferência com analistas, seguida de entrevista coletiva sobre os resultados do primeiro trimestre, Limp afirmou que se o TCU der sinal verde, restarão apenas duas etapas para a capitalização, que ainda não tem uma data definida.

Como a divulgação do balanço trimestral aconteceu na segunda-feira, a Eletrobras tem até meados de agosto para concluir a capitalização. Mas, na visão de Limp, o período de férias no Hemisfério Norte (que pode afastar investidores estrangeiros) e as eleições são fatores que indicam a necessidade de se realizar o lançamento o quanto antes.

Um ponto que ganhou destaque no balanço trimestral - a empresa teve lucro líquido de R\$ 2,716 bilhões, 69% acima do verificado um ano antes - foi a provisão “prospectiva” de R\$ 1,226 bilhão em dívidas da Amazonas Energia, deixando claro que a distribuidora, mesmo privatizada em 2018, ainda continua impactando financeiramente a Eletrobras.

Desse total provisionado, R\$ 867 milhões são relativos a uma sobrecontratação involuntária que surgiu com a desverticalização da Amazonas Energia - cisão dos negócios de geração e transmissão dos de distribuição. As usinas e linhas de transmissão foram destinadas à Amazonas GT, esta incorporada posteriormente pela Eletronorte.

A sobrecontratação resultante dessa cisão começou a ser resolvida com a publicação, na última semana do mês de abril, da Lei 14.146/2022, conhecida como MP do Amapá. Uma emenda incluída estabeleceu que os custos decorrentes da sobrecontratação fossem repassados para a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC). A ideia é que a cobertura pela CCC corrija uma distorção causada pelo descasamento entre despesas e receitas.

Elvira Presta, diretora financeira da Eletrobras, explicou que a medida permite que a empresa possa receber após 30 dias o faturamento, não mais no ano seguinte.

Atualmente, a CCC é um dos encargos incorporados pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), cujo orçamento para o ano de 2022, aprovado na mesma época da lei, é da ordem de R\$ 32 bilhões.

A outra parte da provisão, para financiamentos e empréstimos, no valor de R\$ 359 milhões, refere-se à inadimplência de dívidas financeiras da distribuidora com a Eletrobras.

Rodrigo Limp reconheceu que a estatal possui exposição elevada à distribuidora: a dívida total da Amazonas Energia é da ordem de R\$ 7,2 bilhões e a Eletrobras já acumula provisão de R\$ 3,5 bilhões com a distribuidora, quase metade do passivo.

Assim, salientou, a Amazonas Energia, precisaria de “maior equilíbrio estrutural”. Neste caso, segundo o executivo, a empresa debate com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e com o Ministério de Minas e Energia (MME) a adoção de medidas regulatórias que ajudem na solução do passivo, que envolve compra de energia e de combustíveis, entre outros itens.

Uma das medidas, por sinal, é a criação de um programa de redução de perdas, algo que impacta fortemente o caixa da distribuidora, classificada por Elvira Presta, como uma “concessão complexa”. A executiva descartou, porém, que a Eletrobras vá reassumir a concessão.

Com relação à Angra 3, a mudança no cronograma de implantação da usina nuclear foi classificada pelo presidente da Eletrobras como “um ajuste”, sem maiores problemas para a implantação. A previsão inicial era de que o empreendimento entrasse em operação comercial a partir de 2026.

No momento, as atividades em Angra 3 são relacionadas ao chamado Plano de Aceleração do Caminho Crítico, iniciativas que abrem espaço para a conclusão das obras civis e da montagem eletromecânica da central. A usina encontra-se com as obras paradas desde 2015, por causa de denúncias de corrupção. Segundo a Eletronuclear, o progresso físico global da usina é de 65%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/05/2022

Seção: Especial

Autor: Agência O Globo — Do Rio

Título: Servidores registram na SEC queixa por falta de informações

Entidades alegam que acionistas não foram devidamente informados sobre os valores envolvidos no caso da arbitragem da usina de Santo Antônio

Entidades de servidores da Eletrobras registraram uma queixa ontem na SEC (órgão regulador do mercado americano) contra as contas da estatal. De acordo com a denúncia, “os acionistas não foram devidamente informados sobre os valores que Furnas, subsidiária da Eletrobras, deverá arcar no caso da arbitragem da usina de Santo Antônio”, em conta que pode chegar a R\$ 18 bilhões. As informações foram divulgadas inicialmente pelo jornal “Folha de S. Paulo” e confirmadas pelo GLOBO.

A denúncia foi protocolada pela Associação dos Empregados da Eletrobras (AEEL), a Associação dos Empregados de Furnas (ASEF) e o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE). Em nota, as entidades afirmam que tomaram a medida “após os inúmeros avisos dos acionistas da Eletrobras sobre os problemas na aprovação das contas da companhia e eventuais suspeitas de fraude”.

“Para entender melhor o caso, é preciso lembrar que devido aos atrasados na finalização da obra da usina de Santo Antônio, a empresa controladora da usina, Madeira Energia S/A (MESA), foi acionada em arbitragem para o pagamento de contratos de venda de energia que não foram honrados. A arbitragem decidiu que a MESA deverá pagar cerca de US\$ 300 milhões pelo descumprimento dos contratos. Esta situação obriga os sócios da empresa a integralizar mais capital na companhia, e, recentemente, à exceção da Eletrobras, os sócios da MESA se recusaram a injetar mais dinheiro na empresa, o que pode levá-la à falência ou estatização”, afirmam as entidades em sua queixa.

Segundo as entidades, se a operação de Santo Antônio for comprometida, a Eletrobras corre o risco de ter que arcar, de forma imediata, com todas as dívidas de hidrelétrica, que podem somar cerca de R\$ 18 bilhões, segundo as mesmas entidades.

“As denunciantes, assim como outros acionistas, entendem que a eventual sonegação de informações tem vínculo direto com a pressa da direção da Eletrobras em privatizar a companhia a qualquer custo. Para cumprir uma agenda absolutamente ideológica, há a suspeita de que dados e valores importantes sobre as reais perdas da empresa foram omitidos dos acionistas”, concluem as entidades.

O presidente da Eletrobras, Rodrigo Limp, disse que a empresa ainda não teve conhecimento de ação na SEC. Segundo o executivo, em entrevista coletiva a jornalistas sobre os resultados do primeiro trimestre na tarde de ontem e acompanhado pelo **Valor**, o provisionamento do aporte de capital de Furnas,

proporcional aos 43% da participação da subsidiária, foi comunicado pela Eletrobras no quarto trimestre do ano passado, e desde então, a empresa vem trazendo informações ao mercado sobre o processo da arbitragem.

“Todos os comunicados foram feitos ao mercado”, disse Limp. Mais cedo, em teleconferência com analistas, a diretora financeira e de relações com investidores da estatal, Elvira Cavalcanti Presta, afirmou que em caso de consolidação da dívida de Santo Antônio no balanço da Eletrobras, estimado em R\$ 18 bilhões, o passivo da Eletrobras aumenta, mas “o Ebitda sobe junto”.

Limp destacou ainda que a empresa tem folga para crescer o endividamento até atingir a marca de 2,5 vezes a relação entre a dívida líquida e o Ebitda - hoje, essa relação gira em torno de 1 vez, segundo ele. **(Com Fábio Couto e Rafael Rosas, do Rio)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/05/2022

Seção: Empresas

Autor: Ivo Ribeiro — De São Paulo

Título: Horizonte inicia projeto de níquel

Companhia, sediada e listada em Londres, está investindo US\$ 633 milhões na primeira fase do projeto Araguaia, que fica no sudeste do Pará

A Horizonte Minerals Plc, empresa de desenvolvimento de níquel focada no Brasil, com sede em Londres e listada na bolsa londrina e na de Toronto, está dando partida a seu projeto de produção de ferro-níquel, o Araguaia, no sudeste do Pará. Localizado em Conceição do Araguaia, tem investimentos orçado total de US\$ 633 milhões, na primeira fase. Desse valor, US\$ 504 milhões são aportes diretos na operação.

Hoje, a empresa, com presença de seus principais executivos e autoridades, lança a chamada pedra fundamental. “Nossa meta é concluir a obra até o fim de dezembro de 2023, começando a produzir em janeiro de 2024”, disse ao **Valor** o diretor-geral do projeto, Leonardo Vianna.

O diretor financeiro, Tiago Moreira Miranda, informou que o projeto já está totalmente financiado. O maior pacote de recursos, de US\$ 346 milhões, foi garantido ainda em 2021 com um pool de bancos e duas agências de crédito à exportação (ECAs) - uma finlandesa e outra da Dinamarca.

As áreas de mineração e de instalação do projeto ficam a cerca de 40 km da cidade, situada às margens do rio Araguaia. A unidade industrial terá capacidade total de beneficiar 900 mil toneladas de minério seco ao ano, de onde serão geradas 52 mil toneladas de ferro-níquel - com 14,5 mil de níquel contido. A liga será do tipo FN-30, considerada premium no mercado consumidor. Está previsto dobrar o projeto, com produção a partir de 2027.

A Horizonte informa que assinou um acordo “offtake” com a trading de commodities Glencore de venda de 100% da produção, com base no preço da LME (Bolsa de Metais de Londres), por 10 anos.

O principal cliente do ferro-níquel no mercado global são as siderúrgicas de aço inoxidável. Esse tipo de aço, resistente à corrosão graças ao níquel, tem características especiais de aplicações, como fabricação de itens domésticos e equipamentos médicos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/05/2022

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Certificação da Vale

A Vale anunciou ontem que 83% do níquel produzido pela companhia agora tem verificação independente de baixo carbono. A empresa recebeu certificação da Intertek Group sobre operações no Canadá e no País de Gales. “A produção sustentável e confiável de níquel de alta qualidade é essencial para os esforços globais de descarbonização”, diz Deshnee Naidoo, vice-presidente de metais básicos da Vale, em nota. A pegada de carbono das operações canadenses de níquel da Vale está entre as 10% melhores do mundo, diz a empresa. De acordo com avaliação da Intertek, os produtos de pelotas e pó de níquel da refinaria Copper Cliff, em Sudbury, no Canadá, têm pegada de carbono de 7,3 toneladas de dióxido de carbono equivalente por tonelada, enquanto na refinaria de Clydach, no País de Gales, a pegada é de 33,1 tonelada de CO2 por tonelada.

Pressão pelo carro elétrico

Uma coalizão de empresas de vários setores, incluindo Unilever, Zurich, Sanofi e Uber, conclamou a União Europeia a proibir a venda de novos veículos a gasolina e a diesel a partir de 2035, aumentando a pressão sobre a indústria automotiva

antes de uma votação crucial, informou o “Financial Times”. Em carta pública a ser enviada a ministros e parlamentares ontem, o grupo destacou que a decisão iria “desencadear uma transformação sistêmica urgentemente necessária e tornar a Europa uma líder global num setor essencial”. Os signatários acrescentaram que embora muitas montadoras tenham se comprometido voluntariamente a abandonar gradualmente os modelos movidos a motores de combustão, é preciso que “os tomadores de decisão europeus [...] assegurem que os retardatários não atrasem a mudança do mercado”.

Geração distribuída rural

O Brasil alcançou neste mês a marca de 1,5 gigawatt (GW) de capacidade instalada na modalidade de geração distribuída (GD) no campo, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Entre outubro de 2021 e maio de 2022, na classe de consumo rural, o acréscimo de 500 megawatts (MW) representou a adição de capacidade instalada suficiente para atender ao consumo de 750 mil habitantes. Em setembro de 2021, a GD atingiu 1 GW no campo. O crescimento de 50% em sete meses se explica em parte pela escalada de preços da energia, que tem feito com que os consumidores invistam na compra de equipamentos para geração distribuída. “Em razão da luta por redução de custos de produção, já prevíamos o crescimento acelerado da geração distribuída no campo”, afirma o presidente da Associação Brasileira de Geração Distribuída (ABGD), Guilherme Chrispim.

Pré-sal nas refinarias

A Petrobras informou que 65% da carga de petróleo processada nas refinarias da companhia no primeiro trimestre teve origem no pré-sal. Segundo a petroleira, as refinarias processaram 1,030 milhão de barris por dia (mbpd), dado considerado recorde trimestral. O recorde mensal foi atingido em fevereiro, com 66% do processamento. “Em 2016, por exemplo, somente 27% da carga processada nas refinarias da companhia tinha origem no pré-sal”, afirmou a Petrobras, em comunicado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/05/2022

Seção: Empresas

Autor: Gabriela Ruddy e Robson Rodrigues — Do Rio e de São Paulo

Título: Privatização não garante preços baixos na Petrobras

A proposta de privatização da Petrobras, anunciada pelo **ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida**, não garantiria preços mais baixos de combustíveis no Brasil, segundo o sócio da Leggio Consultoria, Marcus D'Elia, e o conselheiro do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) e ex-presidente da Eletrobras e da Light José Luiz Alquéres. Os executivos participaram da “Live do **Valor**” realizada ontem.

Os especialistas apontaram que o preço dos combustíveis é uma cotação que depende do balanço entre oferta e demanda no mercado internacional. Por isso, para eles, a venda da petroleira não teria interferência nos custos finais aos consumidores e as declarações do ministro de Minas e Energia sobre a privatização causam ruídos no mercado.

Segundo os entrevistados, o preço do petróleo é definido pelo mercado e a evolução dos preços da commodity é uma tendência desde 2020, que se acelerou com a guerra na Ucrânia. “A percepção do preço caro do diesel e da gasolina vem da relação com o câmbio que está muito desvalorizado”, acrescentou D'Elia.

O sócio da Leggio lembrou que há um programa de desinvestimentos da Petrobras em que diversos ativos estão sendo vendidos, incluindo refinarias, e esse ruído não ajuda.

Na visão dele, a entrada no Brasil de novos refinadores privados e maiores investimentos em infraestrutura portuária ajudariam na competição nesse mercado e poderiam levar a uma possível estabilização nos preços de combustíveis.

Diante da atual conjuntura, os executivos avaliam também que o Brasil precisa de uma política energética alinhada com a política econômica.

Alquéres afirmou que discutir a privatização da Petrobras a poucos meses das eleições presidenciais, marcadas para outubro, é “uma tremenda bobagem”. O executivo lembrou do processo de privatização da Eletrobras, em que foram inseridos diversos “jabutis” - jargão usado para propostas onerosas ao setor incluídas nos projetos de lei - e que deve provocar mais custos para a sociedade. “Se a lei da privatização da Eletrobras já recebeu os jabutis do centrão, imagine uma lei de privatização da Petrobras batendo na mão do senhor Arthur Lira, o [Carlos] Suarez botando emendas. Isto é uma piada de mau-gosto, é um abuso do bom senso e uma agressão ao povo brasileiro”, disse.

Para Alquéres, os países que optam por uma economia de mercado precisam se preparar para ter preços estabelecidos conforme a oferta e a demanda. “Quando começam a fazer política em cima de preço spot [cotação utilizada no mercado de curto prazo] dá besteira, que é o que o Brasil está fazendo”, afirmou.

Com a escalada de preços dos combustíveis, tem sido cogitada a proposta de um fundo estabilizador com os dividendos da Petrobras pagos ao governo. Entretanto, na avaliação de D’Elia, o efeito na redução dos preços seria mínimo para o consumidor. O executivo acredita que um fundo estabilizador seria ideal para pequenas flutuações de preço, mas ressalta que esse tipo de proposta “não deveria ocorrer através da Petrobras, deve ser feito diretamente do governo para o consumidor”.

Os executivos concordaram com a ideia de que a intervenção no mercado, com a criação de preços artificiais, pode causar desabastecimento e desestimular agentes privados a atuar na importação de combustíveis.

D’Elia lembrou que atualmente o Brasil importa cerca de 25% do diesel que consome. “Se, por intervenção do governo, o diesel é trazido para o Brasil a um patamar muito baixo, isso impede a entrada do produto no país. Diminui o interesse das empresas privadas de importarem produto”, apontou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/05/2022

Seção: Empresas

Autor: Ivo Ribeiro — De São Paulo

Título: Horizonte prevê dobrar projeto de níquel

A Horizonte Minerals, companhia com atuação no Brasil há cerca de dez, tem plano de colocar uma segunda linha de produção de ferro-níquel em Conceição do Araguaia (PA), ao lado da primeira, com início de produção em 2027. O investimento previsto nessa fase, devido à infraestrutura existente, será em torno de US\$ 250 milhões a US\$ 300 milhões.

A nova linha se justifica pelas reservas de minério de níquel na área de concessão da empresa na região. Com a mesma capacidade de ferro-níquel, a segunda linha será espelhada à primeira, gerando 14,5 mil toneladas de níquel contido. Assim, eleva o total da produção a 29 mil.

A vida útil inicial da mina foi definida entre 26 e 28 anos, já considerando as duas fases de produção. Ao longo do tempo, novas reservas de minério serão incorporadas. A operação de extração do minério, do tipo laterítico, será em mina a céu aberto, que extrairá a partir de diversas cavas, numa profundidade de 70 centímetros abaixo do solo.

Segundo Vianna, a operação não utilizará água nas operações - portanto, todo o rejeito gerado será seco e será empilhado em locais próprios. O executivo acrescenta que a áreas de mineração situa em antigas fazendas de pecuária e não tem conflitos com indígenas. Haverá apenas um reservatório de água, que seguirá os requisitos de segurança estabelecidos pela Política Nacional de Segurança de Barragens. Em estudos com o Senai, verificou-se que a escória gerada no processo pode ser aproveitada para fazer cerâmica, pavimento e cimento.

A produção da liga de níquel e ferro exigirá um suprimento de energia (65 MW médios), que será feito por uma linha de transmissão de 120 km. O produto, voltada à exportação, será transportado por via rodoviária, num percurso de 900 km, até o porto de Vila do Conde, ao sul de Belém - serão 2 mil viagens ao ano.

As carretas voltarão com carvão metalúrgico, item de grande importância no processo de produção. Junto com energia, são os dois itens de maior custo - em torno de 45% -, diz Miranda.

“O projeto é bastante competitivo. Na modelagem do estudo de viabilidade considerou-se preços entre US\$ 14 mil e US\$ 16.400 a tonelada, com uma taxa interna de retorno de 27%”, diz o CFO. O custo do metal do Araguaia, informa Vianna, será de US\$ 6,8 mil a tonelada. Nesta semana, o metal foi negociado na Bolsa de Londres (LME) a US\$ 28 a tonelada. “Entramos no lugar certo, no momento certo”, afirma Miranda.

As perspectivas de demanda são promissoras. A partir de 2025, diz, está previsto descolamento da curva de oferta e demanda, puxada pelo consumo de níquel para baterias de carros elétricos, enquanto o mercado de aço inox continuará em alta.

A estimativa de consultorias é de que a demanda vai evoluir de 2,5 milhões para 4 milhões de toneladas até 2040. “Não se vê novos projetos entrando no mercado”.

Segundo Vianna, no pico das obras vão ser de 2,2 mil, ou 3 mil pessoas, se houver necessidade de acelerar. Agora começamos a terraplenagem, a seguir a obra civil,

depois a montagem eletromecânica e, por fim, o comissionamento das instalações fabris. Na operação, serão 500 pessoas. Dessas, já foi iniciado treinamento de 390 que são residentes na cidade.

A Horizonte vem atuando no Pará há cerca de dez anos. Nesse período, obteve concessões de pesquisa e lavra na região. Ampliou sua base de recursos minerais com a aquisição do Araguaia da Teck Resources e da gigante suíça Glencore.

A companhia também comprou uma operação da Vale, o Vermelho, em 2017, voltado para produção de níquel e cobalto, situado em Canaã dos Carajás, próximo da província mineral de Carajás.

Segundo a empresa, o Araguaia é o maior investimento em níquel do país. Com o Vermelho, que ainda depende de um estudo de viabilidade econômica que vai até meados de 2023, a Horizonte afirma que terá um “perfil de produção escalável de mais de 50 mil toneladas de níquel por ano”. Isso deverá ocorrer entre 2029/2030.

Com isso, diz, vai se posicionar entre os principais produtores mundiais de níquel, com operações bastante competitivas - no primeiro quartil na curva de custos de produção - menos de US\$ 10 mil a tonelada - e com longa vida útil da mina.

Para avançar no projeto, no ano passado a empresa fechou acordo de US\$ 25 milhões em royalties assinado com a Orion Resources Partners (uma das acionistas da Horizonte) visando realizar o estudo de viabilidade e licenciamento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/05/2022

Seção: Empresas

Autor: Ivo Ribeiro — De São Paulo

Título: Credores entregam plano B para Samarco

A recuperação judicial da Samarco Mineração, produtora de pelotas de minério de ferro, ganha um novo episódio a partir de hoje. Os credores financeiros da companhia, que têm um crédito a receber da ordem de R\$ 24 bilhões, levaram nesta madrugada, ao juiz de direito da 2ª Vara Empresarial de Belo Horizonte, um Plano Alternativo ao da empresa, o qual foi rejeitado pela assembleia há um mês.

O plano dos credores - denominado “Nova Samarco” - propõe mudanças relevantes na mineradora, controlada pela brasileira Vale e a australiana BHP. Um

ponto que deverá gerar forte reação das duas controladoras é a capitalização de 38% dos créditos dos credores financeiros, tornando-os novos donos da empresa. Vale e BHP teriam menos de 5% do capital da “Nova Samarco”.

A mineradora, que sofreu um baque em 2015 com o rompimento de sua barragem de Fundão, causando um enorme desastre ambiental e mortes de 19 pessoas, entrou com pedido de recuperação judicial em abril de 2021, se protegendo principalmente dos 17 fundos estrangeiros que integram o grupo. A dívida total listada foi de R\$ 50,5 bilhões, sendo R\$ 24 bilhões das duas acionistas, por recursos adiantados à Samarco.

Pela nova lei de falências, aprovada no ano passado, os credores podem apresentar um plano alternativo quando o da empresa não foi alvo de aprovação nas assembleias de credores. O prazo estipulado é de 30 dias. A última assembleia foi em 18 de abril.

O projeto da “Nova Samarco” é liderado por Tito Martins, executivo com ampla experiência no setor, tendo passado por Vale, MBR e Votorantim. Ele contou com apoio de consultorias especializadas e de escritórios de advocacia locais e do exterior.

“Nosso propósito é fazer a Samarco voltar a ser o que era, uma empresa de referência, ou até melhor do que em 2015. Cremos que ela tem todas condições de voltar a produzir 30 milhões de toneladas antes do que suas controladoras alegam”, diz Martins.

Pelo plano elaborado, o executivo diz que a empresa pode dobrar sua produção em 2024 (não 2026, no plano dela) e chegar à plena capacidade em 2026. “A empresa tem suas instalações em Mariana (MG) e Ubú (ES) em totais condições de operar”, diz. Desde o final de 2020, ela trabalha ao nível de 8 milhões de toneladas por ano.

Os investimentos mais pesados para acelerar a produção, diz Martins, são desenvolvimento de mina e projetos de empilhamento a seco dos rejeitos gerados na produção. “A Samarco ainda fala em barragem para 2030”, critica. Ele afirma que a geração de caixa da Samarco, na casa de US\$ 1 bilhão ao ano, podendo mais que dobrar, é mais que suficiente para acelerar o plano.

Sobre a adequação da dívida, a proposta é que as classes de credores I e IV não sejam afetadas. Receberão seus créditos integrais - em torno de US\$ 19 milhões. A grande reestruturação é na classe III, onde se encaixam os fundos.

A proposta é que recebam 2% do valor imediato e convertam 38% do crédito em capital na forma de debêntures conversíveis em ações. Os 60% restantes seriam recebidos daqui a 10 anos, somando juros no período. Por essa estrutura, Vale e BHP seriam fortemente diluídas, ficando com 3% a 5% da Samarco. Atualmente, cada uma detém 50%.

Para Renato Franco, sócio-fundador da Íntegra, o crédito que sobra para as acionistas só não podem ser pior do que a empresa fosse à falência. “Sobram mesmo 3% a 4%”, afirmou. Uma opção B para os credores que não quiserem converter seus créditos em ações é receber tudo em 18 anos.

Pela nova lei (artigo 43), Vale e BHP não poderão dar seu voto ao plano dos credores e pode haver, ou não, uma assembleia para aprová-lo. “Basta que os credores seus votos por escrito, disse Martins.

Segundo ele, os compromissos com a Renova, fundação criada para reparar os danos do rompimento da barragem estão mantidos, ao limite de 1/3 do valor total, o que dá US\$ 2,8 bilhões.

Pessoas que acompanharam as divergências com os credores avaliam que Vale, BHP e Samarco irão judicializar o caso, por discordarem dos termos do plano.

VEÍCULO: Estado de S. Paulo

Data: 18/05/2022

Seção: Colunas

Autor: Mariana Carneiro

Título: Produtores de biodiesel temem que Sachsida tente antecipar importação

Coluna do Estadão

Produtores de biodiesel já preveem que, uma vez esgotado o duelo com a Petrobras, o governo volte as baterias contra o setor e decida antecipar a abertura do mercado para biodiesel importado, o que está previsto para acontecer só no ano que vem. No mês passado, o Ministério da Economia foi vencido neste ponto no Conselho Nacional de Política Energética, mas a ida de **Adolfo Sachsida** para a pasta de Minas e Energia pode mudar o jogo. Na ocasião, deputados ligados ao agronegócio que fazem parte da base de apoio de Jair Bolsonaro convenceram Bento Albuquerque de que a mudança não ajudaria a baixar os preços e afetaria a cadeia da soja. “O setor está em pânico”, disse um deputado, que já recebeu telefonemas de empresários.

AÇÃO

Empresários também rejeitam a ideia de baixar a fração de biodiesel no diesel, hoje em 10%. A Economia chegou a fazer estudos para reduzi-la a 6%. Não avançou devido ao lobby do agronegócio, que é eleitor de Bolsonaro. Dessa vez, deputados dizem que o presidente quer mesmo é baixar o preço do diesel, e outras pautas do setor, como a ampliação do Plano Safra, podem ter preferência.

VEÍCULO: Estado de S. Paulo

Data: 18/05/2022

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: Para especialistas, mudança no frete pode reduzir custos

A mudança no formato do frete dos combustíveis, proposta que entrou nas discussões do novo **ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida**, poderia trazer algum alívio aos preços, segundo especialistas ouvidos pelo Estadão. Hoje, ao vender o combustível para as distribuidoras, a Petrobras arca com o frete, que já vai embutido no preço. É o modelo CIF (sigla em inglês para custo, seguro e frete). A ideia é mudar o sistema para FOB (ou livre a bordo, em português), no qual o comprador assume o frete e os riscos.

A lógica é que os clientes conseguiriam ser mais eficientes do que a estatal na contratação do frete, diz o especialista em logística Antonio Wroblewski, presidente do conselho de administração da BBM Logística. Segundo ele, as empresas podem, por exemplo, ter um custo menor com seguros. “Normalmente, as companhias brigam pelo preço do frete e seguro até o último centavo.”

No caso da Petrobras, com as amarras de uma estatal e exigências para se enquadrar nas regras de compliance, essa negociação às vezes pode ser inviável, diz o especialista. Embora tenha ganho de escala pelo seu tamanho, a estatal usa poucos fornecedores, o que diminui a competitividade. Para o advogado Larry Carvalho, especialista em transportes, muitas vezes as empresas com vendas CIF embutem no preço uma margem de taxa de administração, que encarece o frete.

Segundo fontes ligadas ao governo, essa mudança poderia implicar redução de até 15%. Os especialistas, porém, calculam um impacto um pouco menor, em torno de 10%, e que poderia diminuir ainda mais na bomba, porque envolve custos como impostos e margem dos revendedores. Em nota, a Petrobras disse que o “preço de paridade de importação (PPI), estimado com cálculo análogo ao dos preços CIF, é apenas uma referência do valor de determinada commodity colocada no Brasil, ou qualquer economia aberta, através de importação”.

VEÍCULO: Estado de S. Paulo

Data: 18/05/2022

Seção: Economia

Autor: Denise Luna - Rio

Título: Defasagem da gasolina deve elevar tensão entre o governo e a Petrobras

Sem reajustes nas refinarias há mais de dois meses (o último foi em 11 de março), a gasolina se tornou o novo ponto de tensão entre a diretoria da Petrobras e o governo. O presidente Jair Bolsonaro tem recorrido a demissões para mostrar seu desagrado com o preço dos combustíveis. Já os acionistas se sentem lesados pela demora dos reajustes, o que gera impacto nos resultados.

Segundo cálculos da Abicom, associação que reúne pequenos e médios importadores de combustíveis, a defasagem dos preços da gasolina em relação ao mercado internacional chegaria a 20%. “A pressão está muito grande por parte do governo, e acho difícil fazer reajuste nos próximos dias, mas deveria”, avalia o presidente da entidade, Sergio Araújo. “Em abril, houve até potencial para redução de preço da ordem de 6%, com a valorização do real. Mas o dólar subiu, e a defasagem voltou”, diz o analista da Ativa Investimentos Ilan Arbetman.

Ao contrário do diesel (que depende de cerca de 25% de importações), a gasolina é menos dependente do mercado externo, já que as refinarias locais abastecem 97% do mercado. Mas, ainda assim, a defasagem em relação ao mercado externo é da ordem de R\$ 1 por litro, segundo a Abicom. Na avaliação do professor do Instituto de Energia da PUCRio Edmar Almeida, os reajustes são necessários e, se não forem feitos com alguma regularidade, a Petrobras pode ser questionada na Justiça pelos acionistas, principalmente se houver suspeita de interferência por parte do governo. “Não se pode fazer política pública com dinheiro dos acionistas. Ela (Petrobras) não tem opção.”

O especialista ressalta que, apesar da alta volatilidade do mercado de petróleo, intensificada com a guerra na Ucrânia, a Petrobras é uma empresa de capital aberto e não pode subsidiar preços.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 18/05/2022

Seção: Mercado

Autor: Alexa Salomão - Brasília

Título: Senado recebe proposta para reduzir tarifa de energia elétrica em 13,5%

Estudo do Instituto Escolha reforça movimento para que encargos sejam transferidos da conta de luz para o Tesouro Nacional

Cresce o movimento para a transferência de encargos da conta de luz para o Tesouro. Segundo estudo do Instituto Escolhas, em parceria com pesquisadores da Ener Studies, a medida teria forte impacto na redução da tarifa de energia em todo o Brasil.

O levantamento identificou três medidas com potencial para levar a uma redução de 13,5% na tarifa. A mais expressiva e imediata é a retirada de 13 encargos com pouca ou nenhuma relação com o setor, ou que representem incentivos à geração de energias ultrapassadas.

A revisão dos encargos teria o efeito de reduzir a conta em 8,5%. “Os encargos se tornaram uma espécie de porta da esperança no setor elétrico, todo o mundo vai lá e pendura o seu benefício particular, e a população que se vire para pagar”, diz o fundador e diretor do Instituto Escolhas, o advogado Sergio Leitão.

Na lista estão os subsídios ao carvão, ao uso de combustível fóssil em térmicas fora do sistema nacional de energia, bem como para a irrigação em grandes propriedades, que têm autonomia financeira para arcar com esse custo.

Como o instituto não defende quebra de contratos, a sugestão é fazer a transferência, com antecipações de prazos, para agilizar o fim do subsídio.

O Escolhas também identificou que poderia haver uma redução de 4% caso a

população pudesse escolher de quem comprar energia. Atualmente, consumidores residenciais devem se ligar à rede da distribuidora que atende a sua região. O estudo mostra que haveria mais competição, com queda nos preços, com o fim dos limites geográficos.

Segundo Leão, outra medida importante seria rever a estrutura da tarifa social. “Hoje, limite de consumo de quem tem direito a tarifa social apenas impede que ele fique no escuro”, de Leão. “Se tiver de gastar energia para fazer um suco ou guardar as coxinhas na geladeira para vender na praia, na rua, perde a ajuda.”

Nesse caso, a entidade defende a criação de um programa que incentive o uso de painéis solares em comunidades de baixa renda.

O estudo foi encaminhado à Comissão de Infraestrutura do Senado, nesta terça (17).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 18/05/2022

Seção: Colunas

Autor: Vinicius Torres Freire

Título: O tabelamento eleitoral da gasolina

Preço do trigo dá um salto, governo quer fixar preço de combustíveis por 3 meses

O governo de Jair Bolsonaro quer que a Petrobras reajuste seus preços apenas a cada três meses, ouve-se no Planalto. Com vai fazer isso, não foi possível descobrir. Mas “é preciso fazer alguma coisa, já”, dizem os palacianos.

Ninguém explica como vão intervir na petroleira. Há boatos de demissão da diretoria, o que é quase impossível de confirmar, até porque essas decisões são resultado de faniquitos de Bolsonaro. Mas a intervenção teria de ir muito além da troca do comando.

Não se explica também qual será o método desse controle de preços. A cada trimestre, a Petrobras faria um reajuste segundo qual critério? O preço do trimestre compensaria perdas (ou ganhos) dos meses passados, caso a empresa tivesse cobrado menos (ou mais) do que o preço internacional? O preço novo seria meramente o preço internacional da data do reajuste?

Se o preço internacional subir e a Petrobras cobrar abaixo dessa “paridade” como ficarão os importadores de diesel? Tendem a deixar de importar. Pode faltar diesel. O governo vai obrigar a Petrobras a importar diesel e vendê-lo no mercado a um preço abaixo do custo?

Governos pelo mundo afora procuram dar um jeito de atenuar os efeitos da inflação. Na Europa, por exemplo, dão uma espécie auxílio-energia a fim de compensar a alta tremenda do custo da energia.

No final da semana passada, a Índia disse que vai controlar a exportação de trigo. A inflação por lá também subiu (6,95% ano, até março); a taxa básica de juros aumentou pela primeira vez desde 2018. Carestia de pão, óleo e cebolas podem causar revolta. Os indianos dizem ainda que vão reservar exportações para países mais vulneráveis. A Índia é um dos grandes produtores mundiais. Vinha compensando, em parte menor, a carestia causada pela guerra (Ucrânia e Rússia tinha cerca de 30% do mercado mundial de exportação de trigo).

O preço do trigo, claro, deu um salto, alta de uns 18% em uma semana (preço futuro de um mês, em Chicago). Para piorar, o Departamento (“ministério”) de Agricultura dos EUA estimou na semana passada que o estoque mundial do produto vai chegar ao nível mais baixo em meia dúzia de anos e que a produção do trigo vai cair pela primeira vez em quatro anos.

Recentemente, a cotação de várias commodities deu uma acalmada, embora ainda flutuando na estratosfera. Mas há outras complicações.

Além do problema do trigo, há escassez de diesel, que vem ficando bem mais caro do que o petróleo. Agora, o preço da gasolina também voltou a salgar ainda mais (trata-se aqui dos preços de combustíveis no mercado que é referência para a Petrobras, nos EUA). Pela política da paridade internacional, a petroleira já deveria estar estudando pelo menos um reajuste da gasolina.

E daí? O que têm a ver trigo, Índia, reajuste da Petrobras? Obviamente, trata-se de inflação. Em maio, o IPCA do mês deve ser menos altinho, dada a contribuição da energia elétrica (caiu a bandeira tarifária mais cara). O dólar, apesar dos faniquitos recentes, custa menos do que no início do ano.

Mas faltam trigo e diesel. Se a situação da Covid na China der um frescor, é possível que o barril do petróleo também volte a subir (da casa dos US\$ 110 para US\$120).

No mundo do poder, fala-se menos do preço da comida do que de diesel e gasolina, que afetam eleitorados mais vocais. Mas a raiva meio muda vai continuar fervendo por causa de carestias diversas. O governo Bolsonaro, sem política para coisa alguma, “vai fazer alguma coisa”, nem que seja para salvar um par de pontos nas pesquisas eleitorais. É mais rolo, mas não uma solução.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 18/05/2022

Seção: Tendências/Debates

Autor: Olga Simbalista

Título: Mais jabutis na privatização da Eletrobras

Empresas poderão ter acesso a informações sigilosas e de segurança nacional

Engenheira eletricista e nuclear, é membro do Board of Directors da American Nuclear Society (ANS) e diretora do Instituto Ilumina

Como já exposto pela imprensa, a privatização da Eletrobras vem acompanhada por jabutis que deverão provocar fortes aumentos tarifários e desotimização do despacho e do planejamento integrado dos recursos energéticos, além de impactos ambientais. Pois cabe mais um alerta: existem outros pontos, possivelmente mais graves, que podem ter passado ao largo de discussões com a sociedade e as autoridades.

Foi determinado que, na privatização da Eletrobras, 70% do capital votante da empresa venha de entes privados, com CNPJ nacional. Isso não impede que a origem real do capital (portanto, dos interesses) venha de fundos de pensão e empresas estrangeiras ou de países em busca de hegemonia mundial. A privatização pode provocar a desnacionalização de fato da Eletrobras e de nossos reservatórios.

Ainda mais relevantes talvez sejam as questões relacionadas à criação da ENBPar, empresa estatal que ficará com a parte da Eletrobras não privatizada, a Eletronuclear, por tratar-se de monopólio da União, e a Itaipu Binacional, regida por acordo entre os governos do Brasil e do Paraguai.

A Eletronuclear é uma empresa estratégica. Possui participação no Sipron, órgão da Presidência da República que detém informações sigilosas quanto ao ciclo de

combustível nuclear, opções tecnológicas e informações relacionadas às jazidas minerais estratégicas, à localização e à tecnologia de novos reatores. A tecnologia do enriquecimento do urânio, mesmo estando sob salvaguardas e controle de três entidades (CNEN, Abaac e Aiea), é uma tecnologia dual e de interesse por diversos grupos.

Nessa nova estrutura de governança, o diretor financeiro da Eletronuclear será indicado pela Eletrobras privatizada. Está prevista a criação de um conselho, o Coangra, que funcionará até o início da operação comercial de Angra 3 e que deverá assessorar o Conselho de Administração da Eletronuclear, onde haverá dois acionistas da Eletrobras privatizada, em paridade com dois da Eletronuclear, além de um membro supostamente independente. Assim, entidades privadas poderão ter acesso a informações sigilosas e de segurança nacional.

No que se refere à Itaipu, o acordo binacional é de extrema complexidade, em particular o seu anexo C, que vence em 2023, encerrada a amortização do projeto. Sua revisão deverá alterar o valor da tarifa, podendo variar desde o custo de seu serviço, baixíssimo, até o custo da expansão, ou mesmo a venda a entes privados ou outros países.

Não se exclui, nesse contexto, declaração do Estado paraguaio de quebra do acordo e de sua delação devido à presença de novos agentes em sua governança — algo catastrófico para o Brasil, sob vários aspectos, principalmente se não puder contar com o excedente paraguaio da energia de Itaipu.

Esses pontos de grande relevância precisam ser de conhecimento dos cidadãos brasileiros, o que nos motiva a pedir uma urgente revisão de todo esse processo. Temos certeza de que as maiores autoridades nacionais desconhecem todas as implicações.

VEÍCULO: O Globo

Data: 18/05/2022

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa

Título: Alerj recorre ao STF contra construção de usinas

Ação direta de inconstitucionalidade critica obrigatoriedade de contratação de energia de termelétricas em regiões distantes da extração de gás, o que exigiria

instalação de gasodutos. Medida foi incluída na lei de privatização da Eletrobras

A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro ajuizou ontem no Supremo Tribunal Federal (STF) uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) contra a construção de termelétricas de gás natural, incluídas como um “jabuti” na lei que permitiu o processo de privatização da Eletrobras. A lei prevê a quantidade de energia que deve ser contratada de usinas nas regiões Nordeste, Norte, Centro-Oeste e Sudeste e dá prioridade ao Nordeste.

A ação, assinada pelo presidente da Alerj, o deputado André Ceciliano (PT) e ajuizada por meio da Procuradoria da Casa, alerta que será necessário construir uma rede de milhares de quilômetros de gasodutos que levariam o insumo dos poços do pré-sal, na Região Sudeste, para outras regiões do país, onerando todos os consumidores.

— Tem um princípio que o que encarece o gás não é a molécula, e sim o transporte. Todos vão pagar essa conta. O Rio perde competitividade e investimentos no setor. Além disso, perde-se toda a atração de indústrias que vêm a reboque desse gás, como plantas de fertilizantes, siderúrgicas e vidros. Isso enfraquece o setor industrial do Rio, apesar de o gás estar no Rio — disse Ceciliano.

A lei, aprovada pelo Congresso, prevê que sejam contratados 8 mil megawatts (MW) de novas usinas a gás, que serão construídas nas regiões Norte, Nordeste, Centro- Oeste e Sudeste. As usinas têm entrada em operação prevista entre 2026 e 2030.

A ação foi ajuizada às vésperas da retomada do julgamento do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o processo de privatização da Eletrobras. O novo **ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida**, fez um périplo pelos gabinetes dos ministros do TCU ontem com o objetivo de obter o aval da Corte para a privatização da Eletrobras.

Segundo a ação, a construção de térmicas a gás “prejudica” o Estado do Rio, onde se produz mais de 68,66% de todo o gás natural no país. O documento diz que há “riscos consideráveis ao meio ambiente”, uma vez que “negligenciam o impacto ambiental da falta de coerência entre produção, distribuição e consumo” — A

legislação, que trata da privatização da Eletrobras, desconsidera as potencialidades regionais. Também gera gasto excessivo com infra-estrutura e amplia o risco ambiental. É um novo golpe em curso contra a economia do Rio — diz Ceciliano.

O deputado argumenta na ação que a construção de uma usina termelétrica não é simples nem barata, “o que, ainda mais uma vez, reforça a necessidade de sua proximidade dos locais de produção”. Por isso, assim como especialistas vêm ressaltando, a ação também destaca a necessidade de construção de uma rede de gasodutos, o que deve onerar a conta de energia elétrica de todos os consumidores. Haverá, por outro lado, “privilégios para alguns empreendimentos”, diz o documento.

Segundo a Alerj, o projeto prioriza ainda a Região Nordeste, porque é lá que serão construídas as primeiras térmicas. Já para o Sudeste, o investimento ocorreria em 2030, disse a Alerj em nota. O documento argumenta ainda que “grande parte da cota de megawatts da Região Sudeste” está destinada “à área de influência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste”.

— O governo federal quer construir uma enorme rede de gasodutos no Nordeste, que não produz um metro cúbico de gás sequer. O Nordeste concentra mais de 70% da energia eólica produzida no país. Seria um absurdo comparável a impor a contratação de usinas de energia eólica aqui em território fluminense — argumenta o parlamentar.

VOCAÇÃO

REGIONAL

A ação cita que a Região Nordeste tem vocação para as energias renováveis, sendo responsável por 70% da geração de energia eólica. O deputado alega, na ação, que impor a quantidade de megawatts e determinar a localização de termelétricas “não obedece às características da produção desse tipo de energia.”

VEÍCULO: O Globo

Data: 18/05/2022

Seção: Economia

Autor: Malu Gaspar

Título: Diretores são alvo de ‘espões’ de Bolsonaro na Petrobras

Ex-militares colocados pelo presidente na companhia, que ganham R\$ 55 mil por mês, pressionam por troca em cargos

A pressão de Jair Bolsonaro sobre a Petrobras para a troca de três diretores, dos quais dois não têm relação com a definição de preços de combustíveis, é atribuída na cúpula da petroleira a um grupo de “espiões”, ex-militares que o presidente colocou em postos-chave na companhia. Os assessores da presidência da Petrobras Carlos Victor Nagem e Angelo Denicoli, além do gerente-executivo de segurança Ricardo da Silva Marques, são chamados na empresa de “dedos-duros de Bolsonaro”.

Ex-militares, foram indicados pelo próprio presidente para seus cargos. Eles recebem salários de cerca de R\$ 55 mil mensais.

Marques foi quem repassou a Bolsonaro, no auge da Covid, um documento falsamente atribuído ao Tribunal de Contas da União (TCU), que supostamente demonstrava que 50% das mortes registradas no Brasil na pandemia teriam ocorrido por outros motivos.

Neste momento, porém, de acordo com os relatos de quatro executivos e ex-executivos da Petrobras, quem mais trabalha pela troca dos diretores de Relações Institucionais e de Tecnologia são Nagem, conhecido como “Capitão Victor”, e Denicoli, major da reserva. Se depender da vontade de Bolsonaro, as duas diretorias devem sofrer mudanças, no embalo das trocas que o presidente quer fazer na área financeira e na própria presidência da Petrobras, assumida por José Mauro Coelho há pouco mais de um mês.

TEORIA DO GLOBALISMO

Num discurso em São Paulo, na segunda-feira, o presidente da República afirmou que será “obrigado a mexer peças no tabuleiro” da Petrobras. Para isso, ele conta com seus informantes, ambos adeptos de teorias caras ao bolsonarismo.

Nagem se refere ao ex-presidente da companhia Roberto Castello Branco, como um adepto do “globalismo”, por ele ter comandado a privatização da BR Distribuidora e a venda de refinarias.

O globalismo, conceito propagado pelo ex-guru bolsonarista Olavo de Carvalho, teria a pretensão de destruir a nação para favorecer os interesses de uma “elite transnacional global”

Como o diretor de Relações Institucionais, Rafael Chaves, foi levado para a Petrobras por Castello Branco, não seria alguém confiável, na opinião de Nagem. O próprio Bolsonaro já queria demitir Chaves desde que o general Joaquim Silva e Luna assumiu o comando. Silva e Luna, porém, não só não o demitiu, como o promoveu a diretor. Bolsonaro não perdoou e agora quer aproveitar para substituí-lo.

Além dessa questão pessoal, pesa na decisão o fato de que, na área de Relações Institucionais, são feitos todos os contratos de publicidade da companhia. Nos últimos três anos, a Petrobras aplicou R\$ 100 milhões em campanhas. A diretoria de Chaves também administra os programas de responsabilidade social, que atuam em diversos estados.

Para a outra área cobiçada pelos “espões de Bolsonaro”, a de Tecnologia, o candidato preferido é o ex-diretor da Gol Paulo Palaia, amigo pessoal de Denicoli e igualmente seguidor de Jair Bolsonaro. Quando Silva e Luna chegou à empresa, em março de 2021, Bolsonaro também tentou colocar Palaia nessa mesma diretoria.

Na época, o assessor Nagem vinha tendo conflitos com um gerente da área de TI que ele acusava de irregularidades, não comprovadas. A ideia da dupla era substituir o diretor de então, Nicolas Simone, por Palaia. Mas o comitê interno que conduziu o processo seletivo escolheu o atual diretor, Juliano Dantas, que dirigia o Cenpes, o centro de pesquisas da petrolífera, que só no ano passado registrou 118 novas patentes.

Na Petrobras, os diretores são indicados pelo presidente, mas precisam ser ratificados pelo conselho. O mandato é de dois anos, com possibilidade de ter até três reconduções. Portanto, para conseguir demitir todos esses diretores, o presidente da República precisa da concordância do presidente da companhia. Ou, então, demiti-lo.

Para isso, ele já trocou o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, por

Aldolfo Sachsida, homem de confiança do ministro da Economia, Paulo Guedes. E pretende também substituir o presidente da Petrobras e o diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Rodrigo Araújo. Dos três diretores, ele é o único que lida diretamente com o cálculo de preço dos combustíveis.

Procurado, Carlos Victor Nagem disse que não se manifestaria sobre o conteúdo da reportagem. Contatado pela coluna de Malu Gaspar, o major Denicoli também afirmou que não se pronunciará sobre da matéria.

POLÍTICA DE PREÇO BLINDADA

O espaço para interferência na política de preço é pequeno. E isso porque ela não é definida apenas pelo diretor financeiro, e sim por um comitê do qual participam também o presidente da empresa e o diretor de comercialização e logística.

A fórmula, porém, deve obedecer a um dispositivo legal e outro, do estatuto da companhia. A lei diz que os preços praticados pela Petrobras têm que ser competitivos em relação ao resto do mercado. O estatuto da Petrobras, por sua vez, estabelece que, se o governo decidir usar o preço dos combustíveis para “fazer política social” — ou seja, subsidiar a gasolina —, terá que reembolsar a companhia.

VEÍCULO: O Globo

Data: 18/05/2022

Seção: Economia

Autor: Geralda Doca E Glauce Cavalcanti - Brasília E Rio

Título: Estatal é denunciada por não divulgar risco de aporte bilionário

Usina de Santo Antônio precisa de capital e pode se tornar controlada da Eletrobras

Entidades de servidores da Eletrobras registraram queixa na SEC (órgão regulador do mercado americano) contra as contas da estatal. Segundo a denúncia, “os acionistas não foram devidamente informados sobre os valores que Furnas, subsidiária da Eletrobras, deverá arcar no caso da arbitragem da Usina de Santo Antônio”, em uma conta que poderia chegar a mais de R\$ 18 bilhões, considerando o total de dívidas da hidrelétrica.

As entidades afirmam no texto que, em razão dos atrasos na finalização da obra da Usina de Santo Antônio, a empresa controladora da hidrelétrica, Madeira Energia S.A. (Mesa), foi acionada em arbitragem para o pagamento de contratos de venda de energia que não foram honrados. A arbitragem decidiu que a empresa terá de pagar US\$ 300 milhões pelo descumprimento dos contratos. Para viabilizar o pagamento, os sócios terão de integralizar mais capital na empresa. Segundo as entidades, sem o aporte de recursos de todos os sócios, a empresa seria levada à falência ou a uma estatização.

De acordo com as associações, se a operação de Santo Antônio for comprometida, a Eletrobras corre o risco de ter que arcar, de forma imediata, com todas as dívidas da hidrelétrica, que somariam R\$ 18 bilhões. “Há a suspeita de que dados e valores importantes sobre as reais perdas da empresa foram omitidos dos acionistas”, afirmam as entidades.

Ao divulgar resultados do primeiro trimestre, semana passada, a Santo Antônio Energia afirmou que foi “severamente impactada” pela sentença da arbitragem, ainda em fase preliminar, com impacto contábil de R\$ 2,069 bilhões para a companhia. Isso significa que o resultado líquido, de janeiro a março, que seria negativo em R\$ 527,9 milhões, ou 5% abaixo do de igual trimestre de 2021, ao incluir o efeito da arbitragem se aprofunda para um saldo negativo de R\$ 2,59 bilhões.

A situação se complica quando se considera o endividamento da Santo Antônio Energia: 67% dos débitos são referentes a contratos com o BNDES, e 31%, à emissão de debêntures (títulos de dívida).

Todos os contratos têm as mesmas garantias reais, conforme descrito no Formulário de Referência da companhia, com cláusulas que preveem vencimento antecipado de dívidas, o que poderia resultar em um cross default.

A Madeira Energia tem cinco sócios: Furnas, com 43,06%; Odebrecht Energia do Brasil, em recuperação judicial, com 18,35%; SAAG Investimentos (Andrade Gutierrez), com 10,53%; Cemig, com 8,53%; e Caixa Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia, com 19,63%.

Reunidos em assembleia, esses sócios aprovaram o aumento de capital por unanimidade no dia 29 de abril. Não está claro nem previsto em Acordo de Acionistas se todos têm de fazer o aporte, nem em que proporção.

O que leva ao segundo complicador: Furnas já detém 43% do capital social da empresa e, a depender do aporte feito pela subsidiária da Eletrobras, poderia se tornar a controladora da operação no Madeira.

Perguntada se os sócios fariam o aporte, a empresa disse que não comenta decisões que cabem aos acionistas.

Roberto Brandão, pesquisador sênior do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), da UFRJ, reconhece que um aporte vindo apenas de Furnas poderia levar a estatal ao controle de Santo Antônio, mas entende que há outras possibilidades:

— Se Furnas for a única a aportar, vai ter o controle da empresa, que poderia se tornar estatal. Mas depende de fatores e condições.

Procuradas, Furnas e Eletrobras se limitaram a repassar o comunicado divulgado sobre a aprovação do aumento de capital pelos sócios da Mesa.

O presidente da Eletrobras, Rodrigo Limp, afirmou ontem que a empresa avalia todos os cenários possíveis e que o caso não afeta a privatização da estatal:

— Estamos avaliando todas as possibilidades, inclusive de não aporte pelos demais sócios.

VEÍCULO: O Globo

Data: 18/05/2022

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa

Título: Conselho da estatal vai debater política de preços

Na reunião marcada para o próximo dia 25, apesar de não estar na pauta, o tema vai ser discutido informalmente

O Conselho de Administração da Petrobras se reúne na próxima quarta-feira, dia 25 de maio, de acordo com fontes do setor. Embora a reunião trate de temas considerados sigilosos, como venda de ativos e investimentos, a política de preços será debatida entre os membros de maneira informal.

No centro das discussões, disse uma das fontes, estão as tentativas do governo federal de alterar a forma como a Petrobras reajusta o diesel e a gasolina. Fontes

ligadas ao alto escalão da estatal afirmam que o presidente Jair Bolsonaro vem tentando construir um “plano consistente” para evitar novos aumentos, em uma lista que inclui mudanças na diretoria, na legislação e até no estatuto da companhia.

Hoje, dos 11 membros do Conselho de Administração, seis foram indicados pelo governo federal. Nos bastidores, parte desses conselheiros vem mostrando alinhamento com a estratégia de Jair Bolsonaro, o que inclui ainda elogios recentes à troca no comando do Ministério de Minas e Energia, na semana passada.

Porém, uma fonte lembra que o “dever fiduciário é mais forte do que opiniões políticas” Por isso, a maioria do Conselho é resistente a apoiar trocas na diretoria executiva sem justificativa e mudar a forma como a Petrobras decide o momento de reajustar seus preços. “Ser pró-Bolsonaro é uma coisa, mas ser contra a empresa é outra”, lembrou outra fonte.

Já se sabe também que o Conselho “difícilmente aprova” mudanças na diretoria executiva. Ontem, O GLOBO revelou que o governo pretende fazer mudanças em três diretorias, a financeira, a de Tecnologia e de Relações Institucionais. Nos bastidores, as conversas vêm sendo intensas sobre os mecanismos que o governo federal vem buscando para tentar interferir na gestão fazendo parecer um processo “lícito”.

Uma das mudanças que estão sendo pensadas pelo governo, conforme revelou O GLOBO, é mudar o cálculo do preço do petróleo. Hoje, a estatal trabalha com um preço conhecido como CIF, que inclui todos os custos envolvidos para importar o petróleo, inclusive seguro e frete. Esse preço é usado mesmo nos casos em que o petróleo é produzido no Brasil. A ideia é que a Petrobras passe a usar o preço FOB, que considera o valor puro da mercadoria, sem levar em conta os custos envolvidos na importação.

Mas fontes lembram ainda que parte do governo federal defende alterar o texto do estatuto social da Petrobras, que prevê que a União compense a estatal em caso de uma orientação em relação aos preços. Durante o governo de Michel Temer, um dos artigos do estatuto passou a prever que a Petrobras somente assumirá obrigações ou responsabilidades, quando orientada pela União a contribuir para o interesse público, se for indenizada.

Enquanto isso, o preço da gasolina subiu pela quinta semana seguida, segundo o levantamento da Agência Nacional do Petróleo (ANP), divulgado na última sexta-feira. O valor médio do litro passou de R\$ 7,295 para R\$ 7,298. Desde janeiro, o avanço é superior a 9,3% nas bombas. Já o diesel subiu pela quarta semana seguida, passando de R\$ 6,630 para R\$ 6,847, também em patamar recorde. No ano, o aumento é superior a 24%.

CAPAS DE JORNAIS

www.valor.com.br

Quinta-feira, 18 de maio de 2022 - São Paulo - Novembro 2022 - R\$ 1,00

Após um início de ano difícil, varejistas veem sinais de melhora no 2º trimestre **B5**

PSDB adia decisão sobre 3ª via e pressiona Doria a desistir **A8**

Powell, da Fed, diz que é possível controlar os preços sem recessão **C2**

ECONÔMICO

Valor

Destques

Setor privado responde por toda a alta do investimento

UE pretende adiantar taxa de carbono

Atlântica, BP e Fleury unem-se em oncologia

Hapvida perde R\$ 9,3 bi em valor na bolsa

Renda será afetada por fechamento de escolas

Tribunais têm alta em ações por litigância climática

Destques

Setor privado responde por toda a alta do investimento

UE pretende adiantar taxa de carbono

Atlântica, BP e Fleury unem-se em oncologia

Hapvida perde R\$ 9,3 bi em valor na bolsa

Renda será afetada por fechamento de escolas

Tribunais têm alta em ações por litigância climática

Indicadores

Índice	Variação (%)
IBOV	+0,12
IBVM	+0,05
IBVL	+0,08
IBVM50	+0,03
IBVLCAP	+0,01
IBVLCAP50	+0,02
IBVLCAP100	+0,04
IBVLCAP200	+0,06
IBVLCAP300	+0,08
IBVLCAP400	+0,10
IBVLCAP500	+0,12
IBVLCAP600	+0,14
IBVLCAP700	+0,16
IBVLCAP800	+0,18
IBVLCAP900	+0,20
IBVLCAP1000	+0,22

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862-1947)



Quarta-feira 18 de MAIO de 2022 • R\$ 6,00 • Ano 143 • Nº 46964
estadão.com.br

Choque de Poderes ...A12

Bolsonaro vai ao STF e acusa Moraes de abuso de autoridade

Presidente contesta conduta do magistrado em inquéritos na Corte

Por meio de advogado particular, o presidente Jair Bolsonaro entrou com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra Alexandre de Moraes por suposto abuso de autoridade. Moraes é relator de investigações que miram o Palácio do Planalto, como os in-

quéritos das fake news e das mídias digitais. Bolsonaro cobra da Corte a abertura de investigação para apurar a conduta do ministro. A notícia-crime contesta a demora na conclusão do inquérito das fake news, aberto em abril de 2019 pelo então presidente do STF, Dias Toffoli. Para Bolsonaro, a in-

vestigação "não respeita o contraditório". O presidente não se manifestou publicamente sobre a ação, mas, em nota distribuída por interlocutores, diz que a ação leva em conta "sucessivos ataques à democracia, desrespeito à Constituição e desprezo aos direitos garantias fundamentais".

Notas e Informações ...A12

O presidente está nervoso

Estagnação nas pesquisas tirou Bolsonaro do prumo. Seu discurso será cada vez mais ameaçador.



Aulas de economia ...C1 e C3

Cursos ensinam a viajar mais com milhas

Cartão de crédito é a via mais usual para acumular pontos, mas transferências e compras aceleram processo

Notas e Informações ...A3

Os perdedores de sempre

Vera Rosa ...A14

A campanha nos tempos do haraquiri

Leandro Karnal ...C8

Se a fidelidade é alface, o adultério é doce de leite

Direto da Fonte ...C2

Sem convidar Suplicy, Lula se casa hoje



ALEX SILVA/ESTADÃO

Moradores de rua em abrigo montado pelo governo de SP na Estação Pedro II do metrô: mínima prevista para a capital paulista é de 6°C

Tempestade Yakecan ...A17

Ciclone atípico causa danos e morte no Sul e derruba temperaturas

Pescador morre em naufrágio de barco em Porto Alegre. No Sul, há previsão de rajadas de vento de até 120 km/h e possível ocorrência de neve.

"Essa tempestade mescla características de um ciclone extratropical e um tropical. É um ciclone anômalo"

Estael Sias, meteorologista

Eleições 2022 ...A10

Cúpula do PSDB pressiona Doria para que desista da candidatura

Maioria da executiva nacional defende que o partido tenha candidato a presidente, mas que seja outro nome.

Após falar de ucranianas ...A14

Cassado na Alesp, Arthur do Val perde direitos políticos por 8 anos

Parlamentar havia renunciado ao mandato de deputado estadual, mas Assembleia de SP confirmou cassação.

Jornal do Carro ...D1

Testamos automóvel elétrico compartilhado



ISAOLIVEIRA/ESTADÃO

Aos 23 anos ...A18

Universitária é morta com 28 facadas no interior de SP

E&N Impacto nas passagens ...B8

Volta do despacho gratuito de bagagem passa no Senado

E&N Mínima intervenção ...B16

Vinho natural movimentou microvinícolas brasileiras

E&N Gastos Públicos ...B1

Reajuste prometido a servidores exige bloqueio de R\$ 10 bi no Orçamento

Aumento de 5% planejado por Bolsonaro faria governo remanejar verbas previstas para outras finalidades.

Edição de hoje

4 CADERNOS - 64 páginas



Caderno A. Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Esportes, A fundo. Para fechar...
E&N. Destacar. Economia & Negócios



C2. Cultura & Compartmento



JC. Jornal do Carro

Tempo de SP

6' Min. 15' Máx.

ISSN: 1516-2951

9 771516 29040

Comparativo **Jornal do Carro**

TIGGO 7 PRO
Vence
O VOLKSWAGEN TAOS.

Veja nas páginas 5, 6 e 7.

CADA CHERY
QUALIDADE, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

11WMS GROUP

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 102 ★ Nº 34.013

QUARTA-FEIRA, 18 DE MAIO DE 2022

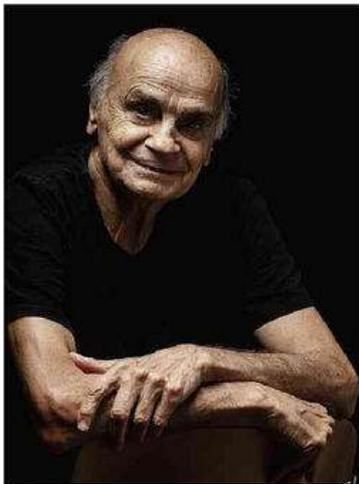
R\$ 5,00

Ilustrada CI
Drauzio Varella conta em autobiografia como virou o rosto da saúde no Brasil

Ciência B5
Cérebro não presta atenção em duas tarefas ao mesmo tempo, indica estudo

Deirdre McCloskey
O que podemos aprender com a queda do bitcoin

Se seu assessor, um economista famoso com um modelo estatístico, ou seu primo prevê que o bitcoin subirá 10% no mês, não acredite. Se economistas souberem fazer previsões, seriam ricos. *Opinião A2*



O médico e escritor Drauzio Varella, que lança a autobiografia 'O Exercício da Incerteza' Bruno Santos/Folhapress

TCU deve aprovar hoje processo para privatizar Eletrobras

Ministros ouvidos pela Folha apontam consenso sobre o aval, barreira final à venda; PT tenta impedir autorização

O TCU (Tribunal de Contas da União) deve aprovar hoje o processo de privatização da Eletrobras, paralisação há quase um mês por um pedido de vista do ministro Vital do Rêgo. Três integrantes da corte ouvidos pela Folha sob condição de terem os nomes omitidos afirmaram já haver consenso.

O aval do TCU é o último obstáculo à venda da estatal.

A expectativa do governo e da empresa é de chancela. Diante da iminência, deputados do PT entraram ontem com pedido de liminar no Supremo Tribunal Federal para tentar barrar o julgamento no TCU citando supostas irregularidades.

Rêgo deve propor mais diligências, o que reduz a chance de privatização neste ano, sem obter maioria.

A Economia já planeja o registro do processo na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e na SEC (a CVM americana). Esta última recebeu ontem denúncia de funcionários da empresa que acusam a Eletrobras de omitir de seus acionistas a dimensão do risco financeiro que sofre com a hidrelétrica de Santo Antônio, em Rondônia. *Mercado A15 e A17*



Karime Xavier/Folhapress

TRANS NA POLÍTICA ENFRENTAM ROTINA DE PERSEGUIÇÃO E AMEAÇAS DE MORTE

A deputada estadual Erica Malunguinho (PSOL-SP); levantamento com 24 integrantes de Casas legislativas mostra que a maioria sofre violência *Política A6*

Bolsonaro processa Moraes por abuso de autoridade

Em nova ofensiva contra o Supremo Tribunal Federal, o presidente Jair Bolsonaro processou o ministro Alexandre de Moraes na corte alegando suposto abuso de autoridade e "desrespeito à Constituição". A ação, com pouca chance de avançar, oferece amplo uso político. *Política A5*

Cúpula do PSDB eleva pressão para Doria desistir

Reunida ontem, a executiva do PSDB elevou a pressão para o presidenciável João Doria desistir da candidatura. A maioria o considera inviável eleitoralmente e daninho ao partido. Doria se diz aberto a dialogar. *Política A4 e A5*

Alesp decide cassar Arthur do Val, que fica inelegível

Política A10

EUA tentam convencer Bolsonaro a ir a cúpula
Temendo esvaziamento, o presidente Joe Biden escalou um emissário para tentar fazer Jair Bolsonaro (PL) participar da Cúpula das Américas, em junho, em Los Angeles. *A12*

Nova York volta a recomendar máscaras em lugares fechados *A14*

EDITORIAIS A2

Algazarra golpista
Sobre discurso de Bolsonaro e reação de partidos.

Mais um massacre
Acerca de tiroteio que matou dez pessoas nos EUA.



Pessoas fazem fila para receber cobertores na praça da Sé, em São Paulo, diante de previsão de onda de frio Bruno Santos/Folhapress

Com temperaturas baixas, capitais reforçam abrigos

A semana mais gelada de 2022 bateu recorde ontem e fez as capitais anteciparem campanhas do agasalho e reforçarem a abordagem a pessoas em situação de rua. A previsão para os próximos dias é a de que o ciclone subtropical que atinge o Sul chegue ao Sudeste e ao Centro-Oeste do país. *cotidiano B1*

Sopão perde carne, e doações de cesta básica diminuem

Mercado A21

Operação chama de zumbis usuários na blockchain

Cotidiano B2

'Pantanal': Novela vira mania entre jovens; no elenco, Karine Teles comenta impacto do sucesso

SEGUNDO CADERNO

Vida nova. Atriz conta ter visto nas redes e nas ruas o lado bom e o ruim da exposição na TV



O GLOBO



Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, QUARTA-FEIRA, 18 DE MAIO DE 2022 ANO XLVIII - Nº 32.426 - PREÇO DESTA EXEMPLAR NO RJ - R\$5,00 2ª EDIÇÃO



A onda de frio que vem lá do sul

A passagem do ciclone subtropical Yakecan pelo Brasil antecipou a neve em seis cidades da Serra Catarinense, como em São Joaquim, onde o pequeno Fenryr Aaren Legnaghi (foto) se divertia. A tempestade ainda vai baixar a temperatura em outros estados: meteorologistas alertam que a cidade de São Paulo pode registrar hoje 6°, sua menor temperatura em maio desde 1990.

PÁGINA 10

OLHAR ESTRANGEIRO

TSE vai convidar número recorde de observadores

Fachin pede presença de organizações como OEA e diz que 'Brasil não mais aquiesce a aventuras autoritárias'

O presidente do TSE, Edson Fachin, anunciou ontem que está convidando mais de cem representantes de entidades estrangeiras para acompanhar as eleições de outubro. Será o maior número de observadores de outros países num pleito: em 2018 foram 36, e, em 2014, 51. O anúncio foi feito um dia de-

pois de o presidente Jair Bolsonaro dizer que as eleições podem ser "conturbadas". "O Brasil não mais aquiesce a aventuras autoritárias", afirmou Fachin, que também espera a presença de organismos como a OEA. OTSE ainda selou ontem um acordo com o Telegram para combater fake news. PÁGINA 4

INQUÉRITO DAS FAKE NEWS

Bolsonaro move processo contra Alexandre de Moraes no STF PÁGINA 4

UNANIMIDADE

Assembleia de SP cassa mandato de Arthur do Val por fala sexista PÁGINA 9

Lula e Kalil avançam por aliança em MG

PT e PSD estão perto de fechar acordo para a eleição em Minas, que passa pela retirada da pré-candidatura petista ao Senado, com o partido ganhando em troca a indicação a vice do ex-prefeito Alexandre Kalil na disputa pelo governo, garantindo a Lula aliança que mais amplo. PÁGINA 6

'A supremacia branca é um veneno', diz Biden

Em visita a Buffalo, onde homenageou as dez pessoas, todas negras, mortas por um jovem branco, o presidente dos EUA, Joe Biden, atacou a ideologia supremacista, descreveu o crime como terrorismo, mas admitiu a dificuldade de controle de armas. PÁGINA 19

Rio com lâmpadas, mas sem luz

Apesar da substituição de 300 mil pontos de luz desde fevereiro de 2021, aumentou o número de queixas dos cariocas sobre lâmpadas apagadas, fracas ou piscando nas ruas.

A RioLuz afirma que as luminárias apagam por causa da rede elétrica obsoleta e que furtos de cabos desestabilizam o sistema. PÁGINA 26



Cúpula tentará demover Doria de pré-candidatura

Integrantes da Executiva Nacional do PSDB se reunirão hoje com o ex-governador João Doria para pressioná-lo a desistir da pré-candidatura à Presidência. PSDB, MDB e Cidadania haviam prometido divulgar hoje quem encabeçaria a chapa do grupo, mas Doria se mostra irredutível. PÁGINA 7

ENTREVISTA/RODRIGO NEVES

'Ciro é preparado, mas discordo dos ataques a Lula'

ELEIÇÕES 2022 O pré-candidato pedetista ao governo do Rio elogia Ciro Gomes, mas se diz contra os ataques feitos ao ex-presidente Lula. Neves afirma ter como prioridades o emprego, a renda e a educação, revela intenção de retomar o projeto do Comperj e reprova a atuação da polícia no asfalto e nas favelas. PÁGINA 8

Eletrobras: TCU deve aprovar hoje privatização

O Tribunal de Contas da União (TCU) deve dar sinal verde para a venda da Eletrobras, segundo avaliação de quatro ministros da Corte, sob anonimato. Julgamento do caso será retomado hoje após pedido de revisão feito por Vital do Rêgo. Deputados acionam STF para impedir privatização da empresa. PÁGINA 11

ENTREVISTANDO O BOLSO (2)



Uivando para a urna!

LIBERTADORES

Flamengo vence, garante vaga e alivia pressão

Em jogo marcado por protestos da torcida, rubro-negro bate Universidad Católica (CHI) por 3 a 0 no Maracanã, vai às oitavas e alivia pressão sobre técnico. PÁGINA 32



CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUARTA-FEIRA, 18 DE MAIO DE 2022

NÚMERO 21.611 • 26 PÁGINAS • R\$ 3,00

PEC que recria quinquênio para juízes divide opiniões

Proposta, que custaria R\$ 7,5 bilhões e pode elevar em 35% os ganhos de magistrados e integrantes do Ministério Público, é defendida pelo presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco. Mas há resistência por parte de parlamentares. E, também, do governo, que tenta condicionar a volta do privilégio ao fim dos supersalários, que resultaria em economia de R\$ 10 bilhões. PÁGINA 4

O dia em que fiz arte com Carlos Bracher

Foto: Carlos Vieira/CB/DA Press



Um dos mais celebrados nomes das artes plásticas do país, o mineiro Carlos Bracher, de 82 anos, ministrou uma oficina para 80 estudantes cegos e surdos de escolas do DF. Entre tintas, pincéis e emoção, quadros sobre a Independência do Brasil e os 62 anos de fundação de Brasília nasceram nas telas. "Um dos maiores momentos da minha vida é estar aqui. Estar com essas pessoas maravilhosas e fantásticas para aprendermos com elas", emocionou-se Bracher.

PÁGINA 18

Bolsonaro entra com processo contra Moraes

Em notícia-crime apresentada no STF, o presidente questiona o fato de ter sido incluído no inquérito das fake news e pede que o ministro seja investigado por suposto abuso de autoridade. Na ação, ele acusa Alexandre de Moraes de "sucessivos ataques à democracia, desrespeito à Constituição e desprezo aos direitos e garantias fundamentais". PÁGINA 3

TSE trará 100 observadores para eleições

Presidente da corte, Edson Fachin articula a vinda de representantes da União Europeia e de todos os organismos e centros especializados internacionais relevantes.

PÁGINA 3

Mamãe Falei é cassado por 73 a 0

Deputado que depreciou ucranianas — "São fáceis porque são pobres" — ficará inelegível por 8 anos. Decisão da Assembleia Legislativa de São Paulo foi tomada por unanimidade.

PÁGINA 5

Foto: Marcelo Ferreira/CB/DA Press



Boulos vê país em encruzilhada

Pré-candidato a deputado federal, Guilherme Boulos (PSol-SP) diz, ao CB.Poder, que a população precisa se mobilizar em defesa da democracia. "Bolsonaro formou uma milícia política no país. Esse público, ele pode querer mobilizar para criar um estado e uma situação de caos", avalia.

PÁGINA 5

Invasão de bonecos

O 7º Festineco começa hoje, no Gama, com apresentações em teatros e nas ruas. Participam 14 grupos brasileiros e quatro internacionais. PÁGINA 22



Ana Maria Campos
Parlamentares do PT-DF lançam Rosilene Corrêa ao Senado. PÁGINA 14

Foto: de Souza/AF7



Com a bênção de Arão

Illuminado, volante faz o terceiro gol em dois jogos e confirma Flamengo nas oitavas da Libertadores. PÁGINA 20

Denise Rothenburg
Nem Tebet nem Dória: terceira via estuda lançar Temer. PÁGINA 5

Samanta Sallum
Mapa mostra a força das mulheres empreendedoras do DF. PÁGINA 16

Anarriê!

Festas animam comércio

Comemorações juninas voltam após dois anos e devem elevar vendas em até 18%. PÁGINA 13

Remédio

Abatimento no IRRF

Comissão do Senado aprova a dedução dos gastos com medicamentos especiais. PÁGINA 8

Luiz Carlos Azedo
PSDB quer que Dória escolha a melhor forma de desistir. PÁGINA 4

Foto: Ana Alves/CB/DA Press



AgroBrasília espera R\$ 3 bi em negócios

Expositores estão empolgados com a volta do evento e as perspectivas comerciais. PÁGINA 15

Severino Francisco
Combater o racismo no futebol é uma medida urgente. PÁGINA 15

Jane Godoy
Festa no Clube das Nações para os 49 anos do CIB. PÁGINA 17



9 771808 266042

CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

VerCapas.com.br

(61) 99256.3846

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

MME / ASCOM .